

## ALGUNS COMENTÁRIOS CRÍTICOS SOBRE A SOCIOLOGIA RURAL NO BRASIL

CARLOS M. ANDREOTTI (\*)  
FERNANDO A. S. ROCHA

### 1 — INTRODUÇÃO

Ao acolher a Sociologia Rural no temário de sua X Reunião a Sociedade Brasileira de Economistas Rurais demonstra mais do que mera cordialidade para com os escasos sociólogos rurais do Brasil. Em verdade, temos sido sócios desta vigorosa sociedade desde seus primeiros dias e colaboradores na tarefa comum, como docentes, pesquisadores e homens de ação que procuram promover o desenvolvimento da agricultura e bem-estar das populações rurais. Na medida em que esses objetivos comuns que nos unem requerem mútua cooperação, troca de idéia e uma comunidade de outros interesses, esse chamamento adquire uma importância especial.

A Sociologia Rural não teve, ainda, as condições ou oportunidades de desempenhar o papel relevante no desenvolvimento do país que a Economia Rural vem conseguindo pelo esforço pioneiro, constante e obstinado das gerações de ontem e de hoje. Mas o fato de que continuamos a caminhar juntos é um estímulo à busca de novas conquistas.

Convém deixar claro, à guisa de introdução, que os autores não puderam, por limitações pessoais e organizacionais, trazer uma contribuição estritamente de acordo com solicitação do presidente da SOBER que, com grande oportunidade, sugeriu-nos proceder a uma avaliação crítica da pesquisa em Sociologia Rural especialmente no que tange à sua contribuição para o desenvolvimento agrícola.

---

(\*) Os autores são respectivamente Auxiliar de Ensino e Professor Adjunto do Departamento de Economia Rural da Escola Superior de Agricultura da Universidade Federal de Viçosa.

A primeira dificuldade a tal empreitada foi a exigüidade do tempo disponível. Seria impossível arrolar os elementos bibliográficos necessários a menos que dispusessemos de mais tempo e recursos. Por outro lado, há alguns excelentes estudos críticos sobre a evolução da Sociologia Latino-Americana e de Sociologia Brasileira, inclusive de Sociologia Rural que, de certo modo, abordam aspectos particulares da questão maior proposta pelo temário desta reunião (cf 9, 10, 12, 13, 16, 17, 25, 26, 30, 33, 36, 38, 40, 42, 43, 45, 47, 49).

Por esta razão, o presente trabalho abordará apenas de relance a formação histórica da Sociologia Rural Brasileira concentrando sua atenção nos aspectos teóricos, metodológicos, institucionais e na temática das pesquisas realizadas no Brasil nas últimas três décadas. No presente trabalho a bibliografia citada foi drasticamente reduzida de vez que procuramos analisar regularidades, tendências e orientações sem pretender, nesse esboço prévio, inventariar as pesquisas realizadas.

## 2 — *RAÍZES HISTÓRICAS DA SOCIOLOGIA RURAL DO BRASIL*

A tradição sociológica, no Brasil, particularmente no campo da sociologia rural, é muito recente. Na realidade, não se poderia falar ainda em tradição, neste setor, pelo menos quando se considera a sociologia rural como disciplina autônoma do ponto-de-vista da sistematização teórica e metodológica.

A ausência de tradição caracteriza não apenas o campo da pesquisa sistemática, focalizando problemas de teoria e de método ou problemas práticos, mas o próprio campo da experiência acadêmica. Com efeito, a primeira experiência de ensino regular da sociologia data de 1933 com a abertura da Escola de Sociologia e Política, em São Paulo. Em 1937, o Prof. John B. Griffing começa a ministrar o primeiro curso de Sociologia na Escola Superior de Agricultura de Viçosa, auxiliado pelo Prof. Edgard Vasconcelos de Barros (13) que traduzia para os alunos o que o Prof. Griffing não conseguia expor em Português. Em 1939, ele inicia o primeiro curso de Sociologia Rural, ministrado, nos anos seguintes, pelo Prof. Vasconcelos.

Mas é somente na década de 50 que outras Escolas de Agronomia passam a oferecer cursos de Sociologia Rural. Mas esses cursos eram esporádicos e geralmente de curta duração.

A partir de 1960, vários professores americanos, vieram ao Brasil através de programas de cooperação inter-universitária e passaram a exercer importante papel no campo do ensino e da pesquisa em sociologia rural.

Entre esses programas destacam-se pelo impacto sobre a sociologia rural, os seguintes (40) :

- Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (Piracicaba — São Paulo) — Ohio State University;
- Escola de Sociologia e Política de São Paulo — University of Wisconsin;
- Universidade Federal de Viçosa — Purdue University;
- Universidade Federal do Rio Grande do Sul — University of Wisconsin;
- Escola de Agronomia da Universidade Federal do Ceará — Arizona State University.

Nos anos 30 surgem as primeiras contribuições para formação de uma verdadeira sociologia rural: são os estudos regionais que, influenciadas pelo movimento modernista, enfatizam a necessidade do retorno ao Brasil tradicional e típico.

Em São Paulo esses estudos são liderados por Mário de Andrade, Guilherme de Almeida, Sérgio Buarque de Hollanda, Pierre Nombeig; Sérgio Milhiet; no Nordeste, onde recebeu o nome de “movimento regionalista”, teve sua expressão máxima em Gilberto Freyre (13).

Nesta década e na seguinte, praticamente todas as regiões brasileiras foram estudadas em um ou outro de seus aspectos, dentro de tal ótica.

Estes trabalhos, sem serem propriamente sociológicos, interpretam os fenômenos sociais contemporâneos através da História Social e Econômica do Brasil e da Antropologia Cultural: a sociedade brasileira atual é vista como o resultado do encontro de assimilação de culturas tão diferentes quanto a Indígenas, a Lusitana, a Africana, a Italiana, a Alemã e, mais recentemente, a Japonesa. A ausência de preconceitos

raciais e religiosas dos portugueses em relação aos indígenas e africanos criou um indivíduo novo que incorpora facilmente, em seu patrimônio cultural, elementos de outras culturas.

Este tipo de abordagem é conhecido como a linha tradicional da sociologia brasileira pelo fato de se basear na interpretação histórica dos fenômenos sociais. Já na década de 40, entretanto, sob a influência de pesquisadores americanos começou a ser substituído por outro tipo de abordagem. A abordagem tradicional revelou-se, segundo STAVENHAGEM (45), o método mais fecundo para mostrar como as pessoas vivem nas diferentes regiões do Brasil.

Além da linha tradicional, outra corrente sociológica desenvolveu-se com bastante vigor nas décadas de 50 e 60. É a linha globalista liderada por Florestan Fenandes. Caracteriza-se pela tentativa de integração da teoria marxista e da sociologia americana como meio de construir um modelo interpretativo mais apropriado à realidade social brasileira. É, talvez, a mais importante contribuição intelectual realizada no Brasil, para a construção de um quadro de referência teórico capaz de oferecer elementos explicativos ao nível da sociedade brasileira global, urbana e rural .

Esta concepção, entretanto, passou a ser considerada contrária ao processo de transformação desejável à sociedade brasileira (33).

Nos anos 40 os estudos de sociologia rural começam a tomar nova orientação decorrente da influência de pesquisadores norte-americanos. A interpretação histórico-social da sociologia tradicional passa a ser vista como especulativa e a maioria dos estudiosos formados após 1930 dá preferência aos estudos de comunidade (1, 27, 34, 37, 50, 53). Essas pesquisas "são talvez a expressão mais clara das influências dos estudos sociais desenvolvidos nos Estados Unidos sobre as investigações realizadas no Brasil (30).

Nesta década e na seguinte, desenvolvem-se vários trabalhos deste gênero. Caracterizam-se pela aplicação do modelo teórico da sociedade "folk" de Redfield e os aspectos abordados com mais frequência são a secularização, o isolamento e a desorganização social.

Além de seguir um modelo teórico esses trabalhos são realizados a partir da observação direta e da coleta minuciosa de dados. O objeto de estudos são comunidades rurais arcaicas, atrasadas.

O início do processo de industrialização que intensificou o êxodo rural-urbano levou os pesquisadores sociais a se interessarem pelos aglomerados urbanos marginalizados, as favelas, que foram consideradas como extensão natural das comunidades rurais. Ao estudo destes aglomerados urbanos, entretanto, aplicava-se o mesmo método de trabalho que ao estudo das comunidades rurais.

Na década de 50, as pesquisas em sociologia rural sofrem novas mudanças em sua orientação. Estas mudanças acentuam-se de tal maneira, na década de 60, que os estudos de comunidade são praticamente abandonados ou considerados como irrelevantes.

Dois acontecimentos importantes contribuíram para esta mudança de orientação e de ênfase: primeiro, a volta de muitos pesquisadores brasileiros que haviam recebido no estrangeiro, em particular nos Estados Unidos, treinamento intensivo a nível de Mestrado e de Doutorado, e a atuação, no Brasil, no ensino e na pesquisa, de vários sociólogos norte-americanos.

O segundo acontecimento é o seminário internacional patrocinado pela FAO e realizado em Campinas, em 1953 (45). Este seminário abordou os problemas relacionados com a estrutura fundiária e suas consequências sócio-econômicas.

Este fato influiu na tomada de consciência mais viva, por parte dos sociólogos, da necessidade de se estudar os fatores sociais que constituem obstáculo ao desenvolvimento econômico. Como resultado destas influências, foram efetuados diversos estudos sobre reforma agrária (48), estrutura de classes no meio rural (23, 35, 48), migrações (4, 6, 7, 46, 52), estrutura fundiária (8, 11, 14, 20, 21, 32), relações de trabalho (5, 15, 22, 24, 29, 41), difusão e adoção de novas práticas agrícolas (2, 3, 18, 19, 28, 31, 39, 44, 51).

Entretanto esses estudos careciam, em sua maioria, de maior embasamento teórico e, embora se constituíssem em importantes contribuições, eram severamente restringidos por seu escopo limitado.

É exatamente nesse período que a influência da sociologia rural norte-americana torna-se mais conspicua.

Vários professores norte-americanos que aqui vieram sob o patrocínio de programas internacionais contribuíram para

treinar brasileiros durante os estudos e cursos aqui conduzidos, introduzindo-os às técnicas quantitativas de pesquisa até então pouco difundidas.

Entre esses salientam-se o Prof. John H. Kolb da University of Wisconsin, que conduziu em 1953 uma pesquisa sobre os padrões de interação em quatro municípios do Estado do Rio de Janeiro. Essa pesquisa foi replicada, em 1962 pelo Professor A. O. Haller, então ligado à Michigan State University. Também em 1962-63 o Professor Frederick F. Fliegel, na época professor da Pennsylvania State University conduziu alguns estudos de adoção de novas práticas agrícolas no Rio Grande do Sul. Os professores Kolb, Haller e Fliegel além dos cursos que ministraram, prestaram um valioso serviço a sociologia rural recrutando brasileiros para treinamento avançado nos Estados Unidos. Idêntico papel desempenhou o Prof. Bert Ellenbogen em São Paulo, também na década de 60, enquanto trabalhou junto ao programa com a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

Evidentemente, essa lista não é exaustiva.

Além disso, os estudos do “projeto difusão” alistaram ampla cooperação do serviço de extensão de Minas Gerais, a ACAR, cujo suporte logístico foi crucial para a sua realização. A ACAR, por outro lado, beneficiou-se do estudo não só pelo treinamento de alguns de seus técnicos mas, sobretudo, pelo acesso aos resultados de alguns estudos em que hipóteses específicas sobre a efetividade da ação e métodos extensionistas foram testados.

Vale ressaltar, também, o fato de que as várias pesquisas do “projeto difusão” caracterizavam-se por rigorosos padrões científicos formais. Os estudos individuais estavam interrelacionados substantivamente de modo a compor um “todo” que, eventualmente, pudesse classificar problemas conceptuais, metodológicos e de ação ou política dentro de uma grande “linha de pesquisa” exaustivamente explorada nos Estados Unidos. O “projeto difusão” procura testar a validade de algumas proposições, hipóteses e modelos para os quais havia substancial suporte empírico com bases em pesquisas analisadas, principalmente, nos Estados Unidos.

O grau de formulação desses estudos e o uso de técnicas quantitativas modernas, ainda que os resultados de alguns desses estudos tenham sido parcos, foi um veículo de disseminação dos procedimentos e técnicas avançadas de pesquisa

empíricas. No projeto incluíam-se também, estudos que procuravam quantificar conceitos como “tradicional” e “moderno” numa tentativa de procurar entender processos de mudança social ao nível macro-sociológico.

Assim, durante a década de 50 e, mais ainda, na de 60, os temas que praticamente monopolizaram as pesquisas realizadas, estão relacionados com problemas de difusão e adoção de inovações, de liderança e canais de comunicação ou de informação agrícola.

Em relação aos estudos regionais, estas pesquisas se diferenciam pelo embasamento teórico e metodológico mais preciso. Estes estudos se diferenciam ainda em outro aspecto importante: ao contrário dos estudos regionais, as pesquisas sobre difusão, liderança e canais de comunicação visam também a objetivos eminentemente práticos, isto é, à obtenção de informações para os programas de mudança dirigida principalmente na agricultura, com vistas ao aumento do capital e da produtividade através da aplicação de novas tecnologias (36).

### 3 — COMENTÁRIOS CRÍTICOS

#### a) *Sociologia Rural ou Extensão Rural?*

A despeito desses programas a maioria das escolas de agronomia brasileiras carecem ainda hoje de professores treinados na tradição sociológica e integralmente devotados ao campo da sociologia rural.

A obrigatoriedade do ensino de extensão rural no curso de agronomia, por decisão do Conselho Federal de Educação, teve, nesse particular, importantes conseqüências para o desenvolvimento da sociologia rural. Os escassos recursos dessas escolas, foram, em grande parte, “desviados” para atender à exigências do currículo mínimo que institucionalizou a extensão rural como disciplina acadêmica nas escolas de agronomia. Em muitos casos os docentes treinados em sociologia rural viram-se obrigados a assumir as responsabilidades dessa disciplina sacrificando parte do seu tempo que, do contrário, devotariam à sociologia rural. Conquanto a extensão rural requeira o tratamento de conceitos, “teorias” e temas nitidamente sociológicos, ainda assim os aspectos doutrinários e “operacionais” da matéria consomem grande parte do tempo do professor.

Por outro lado, há de se convir, a institucionalização da extensão rural como disciplina acadêmica também beneficiou o desenvolvimento da sociologia rural. Esses benefícios não são desprezíveis e, eventualmente, a sociologia rural no Brasil poderá encontrar no matrimônio com a extensão rural — como disciplina e como instituição de prestação de serviços a agricultura — uma abertura à sua expansão como campo de conhecimento e de pesquisa.

O extensionista vem adquirindo, desde os bancos universitários, uma noção mais nítida da importância dos conhecimentos sociológicos para temperar sua ação como agente de mudança. Há hoje, no Brasil, grande número de agrônomos e agrônomos-extensionistas que foram expostos nas escolas ao “universo de comunicação” da sociologia e, como tal, tomaram conhecimento de alguns conceitos básicos da disciplina e puderam sentir, nesse primeiro contato, ainda que de maneira superficial, o que ela pode representar para sua vida profissional como agente de mudança.

O próprio serviço de extensão como instituição tem contribuído para o desenvolvimento da sociologia rural no Brasil. Um exemplo marcante é a posição tomada pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) em apoiar um programa de mestrado em Extensão Rural na Universidade Federal de Viçosa cujo futuro está, desde há um ano, assentado nas ciências sociais, particularmente na sociologia.

Do mesmo modo, a ABCAR tem estimulado a realização de pesquisas empíricas, a avaliação crítica de teorias e modelos de desenvolvimento econômico e social através de um grupo inter-disciplinar de especialistas. Do mesmo modo, vários serviços de extensão estaduais têm seguido a mesma linha, não poupando esforços para treinar seu pessoal tanto em economia e sociologia rurais ao mesmo tempo que vêm fomentando a pesquisa empírica nessas áreas.

O mesmo pode ser dito com relação à CEPLAC, cujo esforço pioneiro em atacar os problemas da zona cacaueteira da Bahia e do Espírito Santo, revela os bons frutos que podem render programas que contemplem “packages” onde os componentes tecnológicos e sócio-econômicos são parte indissociáveis.

Na medida em que o serviço de extensão e organização de assistência técnica, de planejamento e política regional de



promoção rural compreenderem o papel da sociologia rural como instrumento de aperfeiçoamento de suas programações, a disciplina irá receber os meios e desafios que permitirão romper o círculo vicioso em que ela se encontra e que explica, em grande parte, seu relativo subdesenvolvimento no país.

b) *Sociologia Rural e Pesquisa Empírica*

A exposição esquemática apresentada nas linhas anteriores mostra que a inclusão da Sociologia Rural no currículo das Escolas de Agronomia e a sistematização de seu ensino, após os anos 30, se fez através de influência de programa e de pesquisadores norte-americanos. Sob esta influência, a orientação teórica e metodológica da Sociologia Rural Brasileira e os temas por ela abordados passaram por transformações drásticas. Os parágrafos seguintes serão dedicados a alguns comentários críticos sobre essas transformações.

O primeiro resultado da influência norte-americana foi levar a nova geração de sociólogos brasileiros a optar por "pesquisas centralizadas no problema", através do teste de hipóteses de alcance médio utilizando-se, para tal, de técnicas quantitativas "modernas". Essa orientação era apresentada como "científica" em oposição ao método "paracientífico" da sociologia tradicional, preocupada em "explicar" grandes transformações sociais através de hipóteses abrangentes, de alto nível de abstração e de difícil operacionalização.

Sem dúvida alguma, a nova metodologia ganha em precisão e rigor na observação e no tratamento descritivo dos fenômenos. Há preocupação, entre os novos sociólogos, em definir conceitos e variáveis, em operacionalizá-los com clareza, em formular hipóteses, em delimitar o universo a ser estudado, em empregar técnicas de amostragem, em utilizar, enfim, instrumentos estatísticos mais sofisticados.

Muitas vezes, entretanto, a intenção de estender as conclusões a uma população mais ampla é impossibilitada pelas próprias limitações dos procedimentos metodológicos: os segmentos do sistema sócio-econômico são visualizados como unidades estanques, sem interrelações com as demais partes do sistema social. O que falta a estas pesquisas, é uma concepção da totalidade, do entrelaçamento dos fatores ou dos fenômenos estudados com processos mais amplos. Nestas condições, dificilmente é possível extrapolar as conclusões e, quando isto é feito, frequentemente essas extrapolações são espúrias, gratuitas.

Entre uma orientação e outra há lugar para ambos mas não se pode esquecer que o arsenal quantitativo que importamos de nada vale se as teorias existentes são inadequadas ou, pior ainda, se nos deixarmos iludir pela rotina do processo de pesquisa, esquecendo-nos de levantar as “perguntas adequadas” pelo exercício da genuína imaginação sociológica.

Quanto à orientação teórica, as pesquisas centralizadas no problema constituem tentativas sérias de interpretação de fenômenos sociais dentro de quadros de referência da genuína teoria sociológica. Entretanto, apesar de toda a seriedade deste esforço, tais pesquisas revelam pouca imaginação e criatividade por parte dos pesquisadores “Nos três níveis, (da teoria, do método e da temática) os cientistas sociais latino-americanos tenderam e ainda tendem a adotar integral ou parcialmente, as sugestões e os “modelos” formulados nas obras, nas aulas e nas pesquisas dos cientistas sociais europeus e norte-americanos. Isto é verdade tanto para as diversas ciências sociais como para a sociologia, em particular. Nesse sentido ao assimilar a cultura científica dos países mais adiantados, os centros acadêmicos da América Latina produzem combinações paradoxais, ou verdadeiras caricaturas do que se produz nos centros metropolitanos, isto é, mais avançados. Em certos casos, as contribuições teóricas e metodológicas, assimiladas às pressas e sem qualquer reelaboração crítica, são rebaixadas em sua consistência lógica. As vezes parecem mesmo simples traduções da produção sociológicas dos centros dominantes (30).

No caso dos estudos de comunidade, por exemplo, a teoria de Redfield, formulada para explicar uma realidade social totalmente outra que a brasileira — teoria, aliás, severamente criticada — foi simplesmente importada in natura e nela engavetou-se a realidade brasileira. Atribuiu-se pouca importância aos aspectos históricos das comunidades estudadas, às interrelações que elas mantiveram, ao longo do tempo, com a sociedade mais ampla.

A fraqueza do esforço científico que representam estas pesquisas está exatamente na dissociação da teoria e da realidade empírica. Faltou um trabalho mais demorado de reflexão, de reelaboração de conceitos alienígenas, de confrontação destes conceitos com uma nova realidade empírica.

A mesma crítica pode ser feita aos estudos de difusão. Apesar deste esforço louvável, a estreiteza dos enfoques tira a estes trabalhos grande parte de seu poder heurístico.

Desta maneira, as pesquisas centralizadas no problema denunciam a miopia estrutural da sociologia rural brasileira, isto é, a incapacidade de ir além dos aspectos mais aparentes, de abarcar a globalidade da sociedade rural. Afirma o Prof. PASTORE (36), com muita propriedade que, as pesquisas de sociologia rural estão orientadas em função dos interesses imediatos de outras ciências ou encontram-se desvinculadas do contexto teórico amplo da Sociologia.

Estes estudos são atomizados, de curto alcance, em duplo sentido: referem-se a grupos restritos da sociedade agrária brasileira e apenas dão importância a alguns aspectos da realidade agrícola, ignorando as inter-relações destes grupos e destes aspectos com a sociedade global, em nível abrangente. Os estudos de comunidade, por exemplo, enfatizam sobretudo o isolamento, a desorganização social. Parecem não atribuir nenhuma importância aos problemas educacionais, demográficos, de saúde coletiva, às relações de poder dentro da comunidade ou entre esta e a sociedade mais ampla, à estrutura fundiária, às relações de trabalho dominantes na agricultura como foco analítico. Quando tratam desses temas, via de regra, cingem-se à mera descrição do perfil educacional, demográfico etc. das comunidades.

Com a mudança de enfoque verificada nas duas últimas décadas, a sociologia rural tem dado ênfase sobretudo aos aspectos relacionados com a difusão e adoção de nova tecnologia, deixando em segundo plano ou ignorando por completo outros aspectos igualmente senão mais importantes da problemática agrícola.

Esta preocupação, aliás, é um bias importado da sociologia rural norte-americana. A agricultura, nos Estados Unidos tem características distintas da brasileira. É um setor da economia que emprega proporção reduzida da mão-de-obra devendo, por conseguinte, servir-se de técnicas que garantam maior produtividade não apenas por unidade de terra cultivada mas também por trabalhador. Por complexos que sejam, os problemas da agricultura norte-americana não são os mesmos que os da agricultura brasileira. Não se pode ignorar que ainda hoje, em 1972, quase metade da população brasileira vive na dependência de atividades agrícolas. Esta atividade, por outro lado, caracteriza-se por índices de produtividade muito baixos e pelo emprego de técnicas e métodos de cultivo arcaicos, rudimentares; grande parte da população agrícola brasileira é analfabeta, mal nutrido, privada de assis-

tença médica, sofrendo de diferentes doenças endêmicas, etc.; a estrutura fundiária configura um sistema de classes bastante rígido, com tendências acentuadas de expansão de seus polos: os grandes proprietários e os minifundiários. Entre eles, uma classe média agrícola ainda sem muita expressão, numérica e econômica; à margem, grande massa de assalariados fixos e volantes. Apenas para exemplificar, em 1960 havia 40.850 estabelecimentos de quinhentos a menos de mil ha representando 1,22% do total de estabelecimentos; 31.175 entre mil e dez mil ha, representando 0,93% do total de estabelecimentos e 1.499.545 com menos de dez ha, correspondendo a 44,47% do total de estabelecimentos agrícolas (48).

Estamos, pois, em face de duas agriculturas e de duas populações agrícolas que representam muito mais diferenças do que semelhanças.

Nestas condições, é ingenuidade transpor, importar para as preocupações de sociologia rural brasileira a temática da sociologia rural norte-americana. A difusão e a adoção de nova tecnologia não é o único problema da população agrícola brasileira. Não resta dúvida que a adoção de novas tecnologias se faz necessário e que o pragmatismo das pesquisas de difusão e de adoção, respondendo às necessidades de aumento de produtividade e de capital das empresas agrícolas está contribuindo para a modernização da atividade agrícola. Mas esta modernização que, aliás, está sendo incentivada por diversas medidas dos governos federal e estaduais, como facilidade de crédito, incentivos à exportação, criação de melhores meios de transporte e armazenagem, garantia de preços mínimos, financiamentos para máquinas e novos insumos, e respaldada por pesquisa sobre difusão, eficiência dos meios de comunicação etc., que Universidade, Serviços de Extensão e outros órgãos oficiais promovem, parece estar provocando uma série de problemas paralelos aos quais nem os sociólogos rurais, nem os extensionistas e órgãos governamentais responsáveis têm dado a devida importância.

Se a modernização da agricultura é uma necessidade inadiável, por outro lado convém que se estude também a performance e o impacto das políticas agrícolas e seus efeitos antecipados e não-antecipados dentro de um quadro particular. Assim, por exemplo, "comenta-se" que os programas de crédito agrícola favorecem antes de tudo, aos médios e grandes proprietários. O pequeno proprietário e os assalariados agrícolas estariam excluídos dos benefícios do crédito. Em

que medida tais comentários traduzem a realidade concreta? Os pequenos proprietários, ao contrário, não estariam sendo beneficiados na mesma proporção que os médios e grandes? Neste caso, entre os primeiros o crédito seria tão rentável quanto entre os últimos? Mas se de fato, o crédito beneficia antes de tudo aos médios e grandes proprietários, quais seriam os efeitos possíveis? Não parece ousadia afirmar que um dos efeitos deste sistema de crédito seria criar condições favoráveis à concentração da propriedade, sobretudo quando se levam em conta as características da estrutura fundiária e da população agrícola brasileiras.

A problemática da modernização agrícola brasileira pode ser melhor compreendida se estabelecermos algumas premissas e, a partir deles, tentarmos formular algumas hipóteses elucidativas de aspectos ignorados ou, pelo menos, não conhecidos em toda sua extensão.

*Primeira Premissa* — modernização é o emprego de um conjunto de fatores que garantem a produtividade máxima possível por unidade de terra e por homem empregado;

*Segunda Premissa* — assim definida, a modernização é viável principalmente para aqueles que dispõem de melhores condições econômicas;

*Terceira Premissa* — o sistema de crédito agrícola, exigindo garantias de reposição, pode ser mais amplamente utilizado por aqueles que dispõem de maiores garantias;

*Quarta Premissa* — os preços dos produtos agrícolas são os mesmos para qualquer agricultor.

*Hipóteses* — nestas condições, o agricultor com melhores condições econômicas empregará menor número de assalariados agrícolas; sua renda aumentará proporcionalmente à sua capacidade de emprego do crédito agrícola; maior renda significa possibilidade de ampliação de suas propriedades, isto é, significa tendência à concentração fundiária; aumento do desemprego agrícola e, conseqüentemente, intensificação do êxodo rural-urbano; aumento da renda dos assalariados agrícolas.

Em relação ao aumento do desemprego na agricultura, há outro aspecto da política agrícola que merece ser estudado em sua aplicação e em seus efeitos: referimo-nos ao Estatuto do Trabalhador Rural. Seus objetivos visam à melhoria das condições de vida (legais, econômicas etc.) do trabalha-

dor agrícola. Entretanto, o Estatuto parece estar surtindo efeitos inesperados: aumento do desemprego agrícola, do êxodo rural-urbano e à formação de grandes massas de trabalhadores “volantes”. Até que ponto o desemprego agrícola é o produto de modernização ou do Estatuto ou de ambos? O Estatuto não está sendo usado como pretexto ou como instrumento legal para a efetivação do “despejo” em massa dos assalariados agrícolas?

Todos estes — e muitos outros — são problemas que podem e devem ser colocados e estudados. No entanto, os aspectos relacionados com a modernização agrícola exercem tal fascínio sobre grande número de pesquisadores a ponto de impedir a tomada de consciência dos efeitos secundários indesejáveis que a modernização está provocando. Até o presente, esses temas não despertaram grande interesse entre os sociólogos rurais e de mais pesquisadores engajados na procura de soluções para a agricultura brasileira.

A preocupação obsessiva em reduzir os problemas da modernização agrícola e mesmo do desenvolvimento econômico nacional, à sua dimensão econômica, manifesta na preferência explícita por políticas de incentivos de preço, de capitalização, de economias de escala etc. costuma ofuscar, nos estudiosos e administradores, a visão de aspectos sócio-culturais condicionantes da atividade econômica. Os profissionais das ciências sociais, mormente os economistas, precisam convencer-se de que, como objetivo nacional, o desenvolvimento econômico e social não se alcança meramente com os instrumentos de uma única ciência. Essa tarefa requer a cooperação, o trabalho conjunto, em equipe, de todas aquelas ciências cujo objeto de estudo constitui elemento relevante para a compreensão do problema.

Nos parágrafos anteriores tentou-se uma abordagem crítica da orientação teórica, metodológica e dos temas estudados pela sociologia rural brasileira, ao mesmo tempo que se apresentavam sugestões relativas a alguns problemas relevantes que precisam ser analisados. Além desses problemas abordados de leve, o Prof. PASTORE (36), num “survey” de opiniões sobre o desenvolvimento de sociologia rural na América Latina, arrola uma série de sugestões e recomendações relativas à orientação que se deve imprimir às pesquisas em sociologia rural e aos temas que devem ser analisados:

1.º — Abandono de estudos locais (comunidades) e preferência pelos estudos de características regionais e nacionais;

2.º — para fins de reforma agrária, recomenda-se estudos sistemáticos dos sistemas de estratificação social no meio rural que possibilitam determinar a tendência de transformação dessas estruturas sociais;

3.º — estudar as possibilidades de utilização de forças urbanas para acelerar a democratização da propriedade rural;

4.º — investigar as consequências de programas governamentais contraditórios entre si;

5.º — em cooperação com os economistas, pesquisar as condições em que o êxodo rural deve ser estimulado ou controlado;

6.º — com o pessoal de extensão, pesquisar as inovações que provocam mudanças sociais e as que reforçam o status quo;

7.º — guardando a distinção entre conhecimento econômico e desenvolvimento econômico, investigar as intervenções que induzem a igualdade e as que acentuam as discriminações;

8.º — com os extensionistas, investigar os níveis de mudança nos quais o serviço de extensão possa ter maior êxito, não em termos de Organização mas em termos da sociedade global;

9.º — incentivar as pesquisas sobre as próprias agências oficiais que promovem o desenvolvimento agrícola, a fim de torná-las mais eficientes.

A análise esquemática e sucinta que acaba de ser feita permite estabelecer os seguintes pontos:

1.º — A sociologia rural brasileira se caracteriza por experiência reduzida no campo de ensino e da pesquisa empírica;

2.º — as transformações por que tem passado se fizeram sob o imposto da orientação da sociologia rural norte-americana;

3.º — a concepção da sociologia norte-americana foi absorvida sem o devido espírito crítico, sem a necessária re-elaboração dos conceitos importados;

4.º — a sociologia rural brasileira padece do mesmo provincialismo e localismo intelectual da sociologia rural norte-americana;

5.º — a estreiteza dos temas abordados, a miopia estrutural da sociologia rural brasileira a transformaram numa disciplina “alienada” que reduz a problemática agrícola brasileira à problemática de países desenvolvidos;

6.º — a sociologia rural brasileira preocupa-se demais com a aplicação do modelo rogeriano de difusão de inovações e muito pouco ou nada com os efeitos de modernização agrícola sobre a população rural;

7.º — a quantidade considerável de material produzido pela sociologia rural brasileira necessita de análise crítica que avalie os resultados obtidos, aponte as deficiências e sugira orientações teóricas e metodológicas capazes de chegar a explicações mais abrangentes.

#### BIBLIOGRAFIA

1. AZIS SIMÃO e COLDMAN, F. Itanhaem: Estudo sobre o Desenvolvimento Econômico e Social de uma Comunidade Litorânea edição da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, USP. São Paulo, 1958.
2. BLAIR, T. L. “Social Structure and Information Exposure in Rural Brazil”, *Rural Sociology*, Vol. 25, n.º 1, 1960.
3. BORDENAVE, J. D. *Sociological and Psychological Factors Related to Information Seeking Behavior among Farmers of the Brazilian Northeast*, Michigan State University, 1965. (Tese de Ph.D.).
4. BORGES, T. P. A. “Migrações Internas no Brasil”, *Boletim Geográfico Brasileiro*, Vol. XVI, n.º 144, 1958.
5. CALDEIRA, C. *Arrendamento e Parceria no Brasil*. Rio de Janeiro, Comissão Nacional de Política Agrícola, 1955.
6. CAMARGO, J. F. DE. *Êxodo Rural no Brasil: Formas, Causas e Consequências Econômicas Principais*, Rio de Janeiro, Ed. Conquista, 1960.
7. CECHI, CAMILO. “O Fluxo Migratório e o Problema de “Retorno”, *Sociologia*, Vol. XXII, n.º 3, 1960.
8. CIDA. *Posse e Uso da Terra e Desenvolvimento Sócio-Econômico do Setor Agrícola — Brasil*, Washington, D.C., União Pan-Americana, 1966.
9. CINTRA, ANTONIO O. “Sociologia, Ciência Fática”, *Rev. de Estudos Sociais*, Ano 1, n.º 1, Belo Horizonte, 1965.
10. COHN, GABRIEL. “A Sociologia e a Arte da Controvérsia”, *Rev. Civ. Bras.*, n.º 19-20, Rio de Janeiro, 1968.
11. COUTINHO, A. R. *A Estrutura Agrária Brasileira nos Censos de 1950 e 1960*, Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, Departamento Econômico, 1963.



12. DIÉGUES JÚNIOR, M. e WOOD BRYCE (editors). **Social Science in Latin America**, Columbia University Press, New York, 1967.
13. DIÉGUES JÚNIOR, M. "Nota sobre a Sociologia Rural no Brasil: Aspectos de sua Formação, Desenvolvimento e Estado Atual". **Sociologia**, Vol. 24, n.º 4, 1962.
14. ————. **População e Propriedade da Terra no Brasil**, Washington, D.C., União Pan-Americana, 1959.
15. ETTORI, O. J. T. "Sistemas e Contratos de Trabalho Rural em São Paulo", **Agrícola**, Vol. VII, n.º 2, 1960.
16. FERNANDES, FLORESTAN. **A Sociologia numa Era de Revolução Social**, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1963.
17. ————. **A Etnologia e a Sociologia no Brasil**, Anhambí Editora, São Paulo, 1958.
18. FLIEGEL, F. C. "Litteracy and Exposure to Information among Farmers in Brazil", **Rural Sociology**, Vol. 31, n.º 1, 1966.
19. FONSECA, LUIZ. **Information Patterns and Practice Adoption among Brazilian Farmers**, Madison, Wisconsin University, Land Tenure Center, 1966.
20. FRANCO, ALBERTO et alii. **Condições Sociais Associadas com a Posse da Terra e suas Implicações na Demanda Agro-Industrial**, Rio de Janeiro, IICA/ICIRA, 1965.
21. FRANCO, ALBERTO. **Características do Latifúndio e Condições Associadas com sua Existência no Sul do Brasil**, Rio de Janeiro, IICA/ICIRA, 1965.
22. FREITAS MARCONDES, J. V. "A Situação dos Trabalhadores Rurais no Nordeste", **Probl. Bras.**, Vol. 4, n.º 38, 1966.
23. GALJART, BENNO. "Classe and "Following" in Rural Brazil", **América Latina**, Ano 7, n.º 3, 1964. ,
24. ————. "Turnover of Farmers in a Land Settlement Scheme in Brazil", **América Latina**, Ano 8, n.º 2, 1965.
25. GERMANI, GINO. **La Sociologia en la América Latina**, Editorial Universitária, Buenos Aires, 1964.
26. GUNDER FRANK, A. **Desarrollo del Subdesarrollo**, Suplemento da Revista Tlatoani, México, 1969.
27. HARRIS, M. **Town and Country in Brazil**, Columbia University Press, New York, 1956.
28. HERZAG, W. A. et alii. **Patterns of Diffusion in Rural Brazil**, Michigan, East Lansing, University of Michigan, Department of Communications, 1968.
29. HUTCHINSON, B. "The Patron Dependant Relationship in Brazil: a Preliminary Examination", **Sociologia Ruralis**, Vol. VI, n.ºs 1 e 3-4, 1966.
30. IANNI, OCTAVIO. **Sociologia da Sociologia Latino-Americana, Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, 1971.

21. LOPES, R. S. **Information Seeking Behavior of County Extension Agents in Minas Gerais, Brazil**, Madison, University of Wisconsin, 1966. (Tese de M.S.).
22. MEDINA, C. A. DE. "A Estrutura Agrária Brasileira: Características e Tendências", *América Latina*, Ano 7, n.º 1, 1964.
23. ————. "Impasse e Perspectivas da Sociologia Rural no Brasil: Estudo de Quatro Fenômenos Sociológicos", *América Latina*, Ano 7, n.º 1, 1964.
24. OBERG, K., TOLEDO. **A Município on the Western Frontier of the State of Paraná**, Rio de Janeiro, 1957.
25. OTT, CARLOS. "Posição Social e Econômica do Rendeiro no Município de Pojuca-Bahia", *Sociologia*, Vol. XXI, n.º 2, 1959.
26. PASTORE, JOSÉ. **O Desenvolvimento da Sociologia Rural na América Latina**, Trabalho apresentado no Congresso de Sociologia Rural Sul-Americana, organizado pela FAO, Buenos Aires, 3-8 de Novembro de 1969. (Mimeogr.).
27. PIERSON, D. **Cruz das Almas, A Brazilian Village**, United States Government Printing Office, Washington, 1951.
28. POVIÑA, ALFREDO. **História de la Sociologia Latino-Americana**, Fondo de Cultura Econômica, México, 1941.
29. QUESADA, G. M. **Contacts With Professional Services as Related With Social Characteristics in a Rural Area of the State of Rio de Janeiro, Brazil**, University of Wisconsin, 1965. (Tese de M.S.).
40. ROCHA, F. A. S. **Ensino de Sociologia Rural nas Escolas de Ciências Agrárias ao Nível Universitário**, Trabalho apresentado no Congresso de Sociologia Rural Sul-Americana, organizado pela FAO, Buenos Aires, 3-8 de Novembro de 1969. (Mimeogr.).
41. SCHULMAN, SAM. "The Colono System in Latin America" *Rural Sociology*, Vol. 20, n.º 1, 1955.
42. SANTOS, W. G. DOS. "Preliminares de uma Controvérsia Metodológica", *Rev. Civ. Bras.*, n.º 5-6, Rio de Janeiro, 1966.
43. SANTOS, THEOTONIO DOS. "La Crise de la Théoria du Développement et les Relations de Dependance en Amérique Latine", *L'Homme et la Société*, n.º 12, Paris, 1969.
44. SARAIVA, H. ULHOA. **Information Seeking Behavior as Related to Sociological Factors in a Rural Northeast Brazilian Município**, University of Wisconsin, 1965. (Tese de M.S.).
45. STAVENHAGEM, RODOLPHO. "Rural Sociological Research in Brazil", *Rural Sociology*, Vol. 29, n.º 3, 1964.
46. VANNES, J. C., WILKENING, E. A. e PINTO, J. B. "Rural Migration in Central Brazil: A Study of Itumbiara-Goiás", *Land Tenure Center*, n.º 29, University of Wisconsin, 1967.
47. VERON, ELIZEU. "Sociologia, Ideologia y Subdesarrollo", *Questiones de Filosofia*, Ano 1, n.º 2-3, Buenos Aires, 1962.

48. VINHAS M. **Problemas Agrário-Camponeses do Brasil**, Civ. Bras., Rio de Janeiro, 1968.
49. WAGLEY, CHARLES (editor). **Social Science Research on Latin America**, Columbia University Press, New York, 1964.
50. ————. **Amazon Town: A Study of Man in the Tropics**. The MacMillan Company, New York, 1953.
51. WHITING, GORDON G. et alii. **Innovation in Brazil, success and failure of Agricultural Programs in 76 Minas Gera's Communities**, Michigan, East Lansing, University of Michigan, Department of Communications, 1968.
52. WILKENING, E. A. "Comparison of Migrants in Two Rural and an Urban Area of Central Brazil", **Land Tenure Center**, n.º 35, University of Wisconsin, 1968.
53. WILLEMS, E. CUNHA. **Tradição e Transição em uma Cultura Rural do Brasil**, São Paulo, 1948.